



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Gabinetes do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Assuntos Parlamentares

##### Despacho n.º 28646/2008

Considerando que o Decreto-Lei n.º 165/2007, de 3 de Maio, que criou o Gabinete dos Meios para a Comunicação Social, adiante designado GMCS, prevê que este Gabinete seja dirigido por um director, coadjuvado por um subdirector, cargos estes de direcção superior de 1.º e 2.º graus, respectivamente;

Considerando que a anterior directora do GMCS cessou a comissão de serviço inerente a estas funções dirigentes, para assumir as funções de Secretária de Estado dos Assuntos Europeus;

Considerando que o licenciado José Pedro Barbosa Berhan da Costa corresponde ao perfil pretendido para cumprir as atribuições e alcançar os objectivos fixados para o GMCS e que o mesmo detém características especificamente adequadas ao exercício das respectivas funções:

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado para exercer as funções de director do GMCS o licenciado José Pedro Berhan da Costa, cuja idoneidade, experiência e competência profissionais, comumente reconhecidas, são patentes na nota curricular anexa.

2 — Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, fica o nomeado autorizado a exercer actividade docente em instituições de ensino superior.

3 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 3 de Novembro de 2008.

3 de Novembro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro dos Assuntos Parlamentares, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

#### ANEXO

#### Curriculum vitae

##### (síntese)

José Pedro Barbosa Berhan da Costa, advogado, nascido no Porto, em 29 de Junho de 1959.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica, de Lisboa (curso de 1976-1982).

Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1985.

Jornalista na Rádio Renascença (1981-1982) e colaborador na área da política internacional da mesma RR, até 1983.

Vogal do conselho directivo do Instituto Florestal, integrado no Ministério da Agricultura, de Maio de 1993 a Maio de 1995.

Vice-presidente da Direcção do IPACA — Instituto Português das Artes Cinematográficas e do Audiovisual, integrado no Ministério da Cultura, de Dezembro de 1995 a Dezembro de 1998.

Vice-presidente da Direcção do ICAM — Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia, integrado no Ministério da Cultura, de Dezembro de 1998 a Abril de 1999.

Presidente da Direcção do ICAM, de Abril de 1999 a Novembro de 2002.

Intervenção e colaboração em vários trabalhos legislativos designadamente nas áreas do cinema, do audiovisual e multimédia.

Representações de Portugal em Programas ou instituições internacionais:

Presidente do Grupo Audiovisual, no âmbito do Conselho da União Europeia, durante o 1.º semestre do ano 2000, que preparou e negociou as Decisões que criaram o Programa «MEDIA Plus» (principal instrumento de apoio financeiro da Política Audiovisual da União Europeia, vigente entre 2001 e 2006);

Grupo Audiovisual, no âmbito do Conselho da União Europeia (1996-2002);

Comité MEDIA, no âmbito da União Europeia (1996-2002);

Comité de Direcção do Fundo EURIMAGES (Fundo de apoio às co-produções cinematográficas europeias), no âmbito do Conselho da Europa (1996-2002);

Conselho Coordenador do Observatório Europeu do Audiovisual (entidade que recolhe, trata, estuda e disponibiliza informação vária sobre os sectores cinematográfico, audiovisual e multimédia europeus), no âmbito do Conselho da Europa (1996-2002);

Comité Intergovernamental do Programa IBERMEDIA (Fundo de apoio às co-produções cinematográficas iberoamericanas), no âmbito da CACI — Conferência das Autoridades Cinematográficas Iberoamericanas (1998-2002).

#### Actividades profissionais:

##### Advogado;

Assessor jurídico principal da Autoridade Florestal Nacional, desde 1986 (tendo também exercido funções no Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e na ex-Auditoria Jurídica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas);

Docente da disciplina Políticas e legislação do Cinema e Audiovisual, no curso de cinema da ESTC — Escola Superior de Teatro e Cinema (ininterruptamente, desde o ano lectivo de 1999-2000 até ao presente).

#### Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

##### Despacho n.º 28647/2008

Nos termos do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 284/2007, de 17 de Agosto, bem como ao abrigo do despacho de delegação de competências n.º 26 269/2007, de 12 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 16 de Novembro de 2007, reconheço a Fundação Buehler-Brockhaus.

10 de Setembro de 2008. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

##### Despacho n.º 28648/2008

Nos termos do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 284/2007, de 17 de Agosto, bem como ao abrigo do despacho de delegação de competências n.º 26 269/2007, de 12 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 16 de Novembro de 2007, reconheço a Fundação Lapa do Lobo.

12 de Setembro de 2008. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

##### Despacho n.º 28649/2008

Nos termos do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 284/2007, de 17 de Agosto, bem como ao abrigo do despacho de delegação de competências n.º 26 269/2007, de 12 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 16 de Novembro de 2007, reconheço a Fundação LUSO.

12 de Setembro de 2008. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*.

### MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

#### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus

##### Despacho n.º 28650/2008

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 97/2006, na alínea *b*) do artigo 8.º e nos artigos 9.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, conjugado com a alínea *a*) do artigo 117.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na Portaria n.º 1128/2008, de 9 de Agosto, e na alínea *a*) do n.º 3 do despacho n.º 11 539/2007, publicado no *Diário da República*,

2.ª série, n.º 112, de 12 de Junho de 2007, autorizo a nomeação em regime de comissão de serviço do doutor Paulo Silva Lopes, para exercer o cargo de conselheiro técnico principal, na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas.

Pessoal não vinculado. Processo de admissão ao abrigo do despacho n.º 26 349/2008 de autorização do Primeiro-Ministro e do Ministro de Estado e das Finanças de 13 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 204, de 21 de Outubro.

Fica delegada no director do Departamento Geral de Administração a competência para a assinatura do referido contrato.

31 de Outubro de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, *Manuel Lobo Antunes*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

#### Despacho (extracto) n.º 28651/2008

Pelo despacho, de 24.10.2008, do Subdirector-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, licenciado José Manuel da Costa Martins, emitido no uso dos poderes que lhe estão delegados:

Luís José dos Santos Cheta da Silva, técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior — promovido, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, à categoria de técnico superior de 1.ª classe da mesma carreira, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 28.06.2008.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

31 de Outubro de 2008. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

### Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos

#### Despacho (extracto) n.º 28652/2008

Pelo despacho, de 27/10/2008, do Subdirector-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Licenciado José Manuel da Costa Martins, emitido no uso dos poderes que lhe estão delegados:

Nomeados definitivamente técnicos verificadores de 2.ª classe, da carreira de técnico verificador do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, após aprovação no respectivo estágio de ingresso:

Cristina Beatriz Melo Gaspar Silva  
Luís Filipe Santos Caixinha  
Mária da Luz Dourado

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

31 de Outubro de 2008. — O Director de Serviços, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

### Direcção-Geral dos Impostos

#### Despacho (extracto) n.º 28653/2008

De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri do concurso de selecção para o provimento do cargo de director de serviços de Relações Internacionais (DSRI) apresentou a proposta de nomeação da única candidata Teresa Maria Pereira Gil, como possuidora de competência técnica e aptidão para o exercício do referido cargo, correspondendo ao perfil exigido.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, concordo com a proposta do júri, pelo que nomeio no cargo de director de serviços de Relações Internacionais (DSRI), em comissão de serviço e pelo período de três anos, a técnica economista de 1.ª classe Teresa Maria Pereira Gil, do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

16 de Outubro de 2008. — O Director-Geral, *José A. de Azevedo Pereira*.

## ANEXO

### Curriculum

Nome: Teresa Maria Pereira Gil

Categoria profissional: Técnica Economista de 1.ª Classe

Habilitações literárias: Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Experiência profissional:

Desde Janeiro de 2008, exerce o cargo de Directora de Serviços das Relações Internacionais em regime de substituição.

De Junho de 2006 a Dezembro de 2007, exerceu o cargo de Directora de Serviços de Planeamento e Sistemas de Informação.

Entre Julho de 2004 e Maio de 2006, exerceu funções de assessora no Gabinete do Director-Geral dos Impostos.

Entre Outubro de 2002 e Junho de 2004 esteve em regime de licença de longa duração, tendo, nesse período, exercido as funções de “Senior Manager” do Departamento Fiscal da KPMG, Auditores, S. A..

Entre Maio de 2002 e Setembro do mesmo ano exerceu funções técnicas na Direcção de Serviços do IRC.

Entre Julho de 2001 e Abril de 2002, assumiu as funções de assessora do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Entre Dezembro de 2000 e Julho de 2001, assumiu as funções de assessora do Ministro das Finanças.

De Outubro de 2000 a Dezembro do mesmo ano exerceu as funções de assessora do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Entre Maio de 1989 e Setembro de 2000, exerceu funções técnicas na Direcção de Serviços do IRC.

Entre Novembro de 1986 a Abril de 1989, exerceu funções técnicas na Direcção de Serviços de Controlo do, à data, Serviço de Administração do IVA.

#### Despacho n.º 28654/2008

Nos termos do artigo 54/1 al. c) do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais delego a Representação da Fazenda Pública no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com as competências previstas no artigo 15.º do CPPT, nos seguintes funcionários:

Inspector tributário licenciado em Direito Pedro Alexandre Coelho Veiga;

Inspectora tributária licenciada em Direito Liliana Maria Nunes Pegado.

A presente delegação de competências tem efeitos imediatos.

20 de Outubro de 2008. — O Director de Finanças da Guarda, *António Barroso Inês*.

### Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos

#### Aviso (extracto) n.º 26651/2008

Por despacho da Subdirectora-Geral de 16 de Outubro de 2008, proferido por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, em sede de extensão de efeitos dos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo n.º 901/06, n.º 383/07, n.º 576/07 e n.º 786/07, no âmbito do concurso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, n.º 279, 2.ª série, de 30 de Novembro de 1999, são nomeados com efeitos reportados a 1 de Dezembro de 2001 nas categorias de Técnico de Administração Tributária de nível I e Inspector Tributário nível I, os seguintes funcionários:

#### Técnicos de administração tributária, nível 1 (ex-peritos tributários de 2.ª classe)

N.º func.	Posição	Nome
2987	19	Maria Lurdes Costa Nunes Capucho.
1458	69	Maria Conceição Sousa Lopes Pinto.
1249	88	Alexandrina Maria Salgado Branco Neves.
1442	89	Maria Alice Barbedo Freitas a).
1204	102	Maria Olinda Macieira Almeida Mendes.
1146	103	Maria Albertina Ferreira Sousa Couto.
1239	113	Teresa Maria Moiteiro Teixeira.
1796	138	Jorge Manuel Danho Cruz Loureiro.
6593	147	Paulo José Silva Pinto.
3693	160	Silvino Miranda Teixeira.
9484	164	José Fernando Rodrigues Morais.
1846	204	João Vieira Soares.
1412	208	José Maria Ferreira Silva Tavares.